

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro

Heitor Frugoli Jr.

Resumo: Levando em conta as recentes transformações dos centros das grandes metrópoles, tem ocorrido uma redefinição do papel estratégico desses espaços na vida urbana. Pretendo focar interesses e aspectos organizativos da Associação Viva o Centro — fundada em 1991 e mantida por empresários, proprietários e entidades civis —, cujo intuito é articular um projeto de requalificação da área central de São Paulo, uma região de alta diversificação social. Além disso, analisarei como essa associação se posiciona com relação à ocupação popular do centro, uma vez que projetos deste tipo caracterizam-se em geral pela possibilidade da realização de processos de *gentrification*, com maior ou menor grau de exclusão territorial.

Palavras-chave: Centro Urbano, requalificação, associativismo empresarial, espaço público.

1. Breve introdução teórica

Cabe, antes de tudo, uma brevíssima introdução teórica, pontuando resumidamente três fenômenos urbanos e as reflexões decorrentes, cada um deles com tópicos levados em conta no presente trabalho.

*Doutor em Sociologia pela FFLCH-USP

a) O primeiro deles é a Paris da 2ª metade do séc. XIX, referência obrigatória no debate sobre a cidade moderna, que sintetizou fenômenos urbanos expressivos, sobretudo com as transformações ocorridas entre 1853 e 1870, sob o comando do Barão de Haussmann, que acarretaram um forte impacto sobre a cidade, seus grupos sociais e seus espaços públicos.

Deve-se ressaltar aqui um novo modo de intervenção sobre a cidade, de grande escala para a época — com um novo papel delegado ao urbanismo —, com um forte poder de atuação, ligado tanto à sua inserção no imperialismo napoleônico, quanto à articulação de alianças estratégicas entre o poder público e setores do capital — incluindo o favorecimento da especulação imobiliária e do capital financeiro (BENJAMIN, 1985: 30-43 e GIROUARD, 1985: 285-300).

As classes populares foram, sem dúvida, as mais atingidas por esse processo: os largos boulevares que rasgaram o tecido urbano, inserindo a cidade numa escala de circulação mais propícia à ordem capitalista industrial de então, puseram abaixo bairros populares dominados pelas assim chamadas “classes perigosas”, com uma elevação dos aluguéis que empurrou o proletariado para as periferias da cidade, ao mesmo tempo que, retiradas de seus antigos espaços, passaram a circular de forma mais intensa por todo o tecido urbano, o que aumentou a diversidade social dos espaços públicos, num movimento concomitante de sua expulsão como moradores, e de sua reintegração como transeuntes, consumidores etc. (BENJAMIN, 1985; BERMAN, 1986: 127-165 e BRESCIANI, 1982).

b) Um segundo recorte fundamental relaciona-se com uma importante realização do projeto modernista, a cidade de Brasília, concebida por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, cujo projeto derivou, segundo a análise de James Holston (1993), da cidade-modelo proposta pelos CIAM — *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* —, que ocorreram entre 1928 e meados dos anos 60, com um papel de destaque para Le Corbusier.

Basicamente, o autor mostra como as premissas utópicas do projeto modernista realizado em Brasília eram a de criar, por meio de uma forte associação entre o planejamento urbano e o

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

governo federal, uma cidade igualitária, que servisse tanto como símbolo do Brasil moderno da gestão de JK, quanto como modelo exemplar para outros contextos urbanos brasileiros. Era constitutivo desse projeto a negação radical da realidade existente, para a construção de uma nova ordem urbana, e por conseguinte, social (HOLSTON, 1993: 11-36).

Entretanto, pelo menos dois processos sociais subverteram essas intenções utópicas: primeiro, a própria construção da cidade, realizada pelos “candangos” — trabalhadores de diversas regiões brasileiras —, que foram impedidos de morar ali, o que terminou por fazê-los migrar para sua periferia e construir o que vieram a ser as “cidades-satélite”; segundo, uma vez construída e ocupada, houve uma série de subversões realizadas por novos moradores, que muitas vezes se estranharam e se recusaram a utilizar a cidade conforme o previsto no plano original, procurando resgatar hábitos e práticas de seus contextos de origem na esfera da moradia, do lazer, da sociabilidade etc. (HOLSTON, 1993).

Dessa forma, é necessário atentar para a diferença que há entre as premissas e intenções de determinados projetos e suas realizações concretas, já que a complexidade da conexão entre as intenções técnicas e as decisões políticas podem resultar em diversas formas de exclusão social, mesmo dentro de projetos, a princípio, igualitários.

c) Um terceiro recorte diz respeito a uma realidade urbana mais recente, em que uma de suas marcas é a articulação de intervenções mais pontuais, não mais ligadas à perspectiva modernista. Esse tema foi trabalhado de forma consistente por David Harvey, e relaciona-se com a gradativa mudança do regime de acumulação, dentro do capitalismo avançado, do sistema fordista para o de acumulação flexível, processo de transformação cuja época aproximada de início é o começo dos anos 70 (HARVEY, 1992: 135-162).

Esse processo tem ocasionado várias mudanças para muitas cidades que, frente à crescente desindustrialização, vêm se tornando cada vez mais centros, sobretudo financeiros, de consumo e de entretenimento. Nesse quadro, Harvey aponta como uma forma de retomada econômica de muitas cidades atingidas por tais alterações

tem passado pela promoção da revitalização de seus centros, um modo de atraírem capital e pessoas (sobretudo das classes médias), tornando-as convidativas do ponto de vista turístico e comercial, por meio de uma ressignificação de seus espaços urbanos (HARVEY, 1992: 69-96)¹.

Segundo o autor, a lógica “pós-moderna” presente nesses projetos urbanísticos de renovação — e que não será aqui objeto de aprofundamento — não representa, como defendem alguns, uma ruptura histórica significativa com a modernidade, mas sim uma etapa cultural representativa do capitalismo de acumulação flexível (HARVEY, 1992: 45-67). Em outras palavras, isso significa uma intervenção urbanística adequada à nova ordem econômica, ou seja, uma perspectiva de atuação no qual o arquiteto ou urbanista passa a atender demandas de grupos distintos de clientes, na busca de soluções pontuais e locais, abrindo mão de soluções abrangentes — típicas do ideário modernista —, o que exprime, em outros termos, a atenção às classes de maior poder aquisitivo, ou seja, ao poder do mercado. Um fenômeno decorrente desse processo é a *gentrification* — ou “enobrecimento” — em que geralmente áreas centrais da cidade que são revitalizadas passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, que tendem a criar novos enclaves residenciais nesses espaços (HARVEY, 1992: 69-96; ANDERSON, 1990 e ZUKIN, 1995)².

Nesse sentido, articula-se uma intervenção urbana muito mais marcada pela aliança entre interesses do capital e do poder público, num contexto de crise tanto da perspectiva modernista — que era a de tentar criar, com todas as contradições, soluções sociais de caráter abrangente —, quanto do próprio poder público — basicamente sua incapacidade gradativa de investimentos sociais —, além de resultar em processos que apontam para formas de exclusão territorial, dado que, entre outras coisas, tais intervenções estão sobretudo norteadas pelo mercado, tendo como público preferencial as classes médias e altas.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

¹ Um modelo exemplar disso foi o que ocorreu na cidade portuária de Baltimore, nos EUA, atingida pela crise econômica, cujo centro passava por uma série de processos sociais que o estavam levando a uma forte deterioração. Em 1970, um conjunto de políticos, profissionais e empresários criou a “*Baltimore City Fair*”, uma feira que visava seu redesenvolvimento urbano, atraindo 340 mil visitantes, e, já em 1973, quase dois milhões, o que por sua vez impulsionou a construção de um complexo, o *Harbor Place*, que serviu como fator de renovação urbana, fato que, para Harvey, marcaria a passagem da estratégia modernista, anterior a esse processo, a uma “atmosfera pós-modernista de lazer” (HARVEY, 1992: 89-92).

² A tradução de “*gentrification*” para “enobrecimento” foi feita por Silvana Rubino, em Zukin (1996: 205-219). Esse processo é típico de contextos europeus e norte-americanos, sendo que *gentry* (“*people of good social position, next below the nobility*”), ao dizer respeito a grupos sociais um pouco abaixo da nobreza, pode estar aludindo, num tom jocoso, a uma forma de inserção territorial dos “novorricos” na cidade.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

³ Marcado pela expansão de outras centralidades, a fuga de empresas e a deterioração de vários equipamentos urbanos, sendo um espaço de ocupação interclasses — com o predomínio de diversos usos pelas classes populares —, dispendo ainda de um razoável dinamismo econômico — com forte geração de empregos —, além de contar com seguidas intervenções do poder público nas últimas décadas, incapazes de reverter o processo mais amplo de deterioração, mas que de toda forma vêm dotando essa área de uma razoável infra-estrutura urbana.

2. A Associação Viva o Centro: orientações, participantes e organização.

Foi num quadro urbano de deterioração da região central de São Paulo³ que surgiu, em 1991, a Associação Viva o Centro — Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo —, com a caracterização inicial, de acordo com seu Documento nº 1, de:

“[...] organizações que procuram relacionar interesses de proprietários de imóveis localizados em áreas que estão sofrendo processo de transição/deterioração com os interesses mais amplos da área onde estes imóveis se localizam [tendo] como objetivo primordial reverter situações de declínio, de abandono e ameaça para a área urbana onde estão instaladas as entidades que compõem a organização” (MEYER et alii., 1993: 9).

Além do perfil societário de uma associação de proprietários urbanos — “de diversos setores da economia, serviços, comércio, instituições privadas e mesmo públicas” — ressalta-se também, em seus primórdios, a intenção de se constituir como “[...] um interlocutor representativo que funcione como interface de poder público e demais instituições da sociedade para a realização de projetos de revalorização daquela área” (MEYER et alii., 1993: 12).

É importante destacar que isto se deu numa nova etapa de deterioração dos equipamentos urbanos do Centro, em que várias instituições de peso — com realce para o capital financeiro — estavam-no deixando, e outras ameaçavam fazê-lo:

“No momento em que uma empresa sai do Centro, leva consigo não apenas o acesso dos seus clientes que iam àquela empresa, ela leva também, obviamente, o seu corpo de funcionários. No momento em que ela sai do Centro com seu corpo de funcionários, ela leva junto também os clientes, que são os próprios funcionários dos clientes das lojas, ou dos restaurantes que estão no Centro” (trecho do depoimento de Henrique de

Campos Meirelles, presidente da Associação Viva o Centro, na época presidente do Banco de Boston no Brasil e atualmente presidente mundial do BankBoston Corporation, no debate “A degradação ambiental da avenida Paulista”, coordenado por Nestor Goulart Reis Filho, organizado pelo MASP e pela FAU-USP, ocorrido no MASP, em 10/3/94).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

No conjunto das instituições financeiras participantes da associação, foi — e continua sendo — fundamental o papel hegemônico desempenhado pelo Banco de Boston:

“Eu estou na Associação desde o início. Eu participei, vamos dizer, da elaboração da idéia da Associação e da implementação, aqui dentro do Banco de Boston, tendo então junto o Henrique Meirelles, que apoiou a idéia de uma forma entusiástica, porque participou desde o início [...] Então, isso foi muito importante [...] a participação de uma entidade forte como o Banco de Boston, aglutinando, junto com outras entidades importantes do Centro, a Associação, que começou com um grupo, vamos chamar assim, ‘pesado’, a fim de conseguir levar adiante a idéia” (entrevista concedida ao autor por Marco Antonio Ramos de Almeida, diretor de Relações Internacionais do Banco de Boston, presidente da diretoria executiva da Associação Viva o Centro, em 2/7/97).

“O movimento de Boston, por exemplo, que eu olhei com bastante cuidado — o de Barcelona também —, mas no caso de Boston era impressionante: o centro de Boston estava pior que o de São Paulo, e voltou a ser hoje o centro de fato da cidade, vital do ponto de vista econômico, cultural etc. O centro de Boston chegou a ser chamado na época de combat zone, isto é, zona de combate, onde tinha drogas, criminalidade, prostituição, não se passava à noite etc. E hoje em dia não, é a região onde as pessoas moram, dá para ir ao cinema, dá para

passar, comprar, trabalhar etc. Evidentemente que lá o aporte financeiro do setor público é de outra ordem, mas os propósitos do movimento foram mais ou menos nessa mesma direção” (trecho do depoimento de Henrique Meirelles, cit.).

Além do suporte do capital financeiro — ou mais especificamente do Banco de Boston — em vários níveis da estruturação da associação, deve-se também apontar para o papel da consultoria de Jorge da Cunha Lima, atual presidente da Fundação Padre Anchieta, nome de maior expressão em termos de trajetória política na Viva o Centro, dada sua condição de ex-secretário da Cultura do Estado de São Paulo (governo Franco Montoro, 1983-1986), incorporado para colaborar nas conexões políticas necessárias ao papel de “interface” desejado pela Associação, sobretudo nas relações da Viva o Centro com o governo estadual, a partir da gestão Mário Covas (PSDB), que se iniciou em 1995. Seu depoimento sobre a Viva o Centro levanta pontos pertinentes:

“Primeiro, [a Viva o Centro] pode ser caracterizada como uma ONG, é um organismo não-governamental. Foi a primeira tomada de consciência de nível não-público, não-estatal, de preservação de uma área tão grande. Todos os fundadores da Viva o Centro, como você vai verificar, são empresas praticamente ou do sistema financeiro ou do sistema institucional, embora a Viva o Centro tenha tentado alargar isso para uma OAB e outras instituições da sociedade civil. Então, é uma primeira tomada de consciência conjunta da sociedade civil, principalmente da sociedade econômica, na preservação de um sítio. [...] A segunda característica, é que ela não era uma instituição executora de serviços, mas era uma instituição para fazer diagnósticos e, além disso, sugerir políticas para o poder público, para a sociedade, etc. [...] Depois, tinha um terceiro aspecto, que era fazer o entrosamento entre a sociedade civil e a sociedade política, que pouco conversavam, e um exemplo extraordinário disso, a meu ver, foi o projeto Tra-

vessia, que juntou o Sindicato dos Bancários com os bancos, para uma ação social que devia ser em grande parte do governo” (entrevista concedida ao autor por Jorge da Cunha Lima, em 15/7/97).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

Além disso, em sua experiência como secretário da Cultura do Estado, fora desenvolvido o projeto Luz Cultural, que pretendia a revitalização da região da Luz, na área central da cidade, a partir de um trabalho de reabilitação e integração de diversas instituições culturais ali existentes:

“Bem, na verdade eu sou praticamente um dos membros fundadores da Viva o Centro, e a minha entrada está ligada fundamentalmente ao trabalho que eu tinha feito como secretário da Cultura, imaginando que uma cidade se projeta para o futuro a partir, digamos, da preservação de alguns sítios emblemáticos e de algumas instituições existentes, que precisam apenas ser renovadas e articuladas [...] Eu tinha uma experiência pontual da Oficina Cultural Três Rios [...] Disso aí derivou uma idéia mais rica: nós percebemos que, no bairro da Luz, a partir do começo da transformação de São Paulo, no começo do século se instalaram cerca de 40 instituições, que não tinham nenhuma articulação umas com as outras [...] uma dezena de instituições que já constituiriam o núcleo do que nós resolvemos chamar de Luz Cultural, que era a tentativa de reabilitar e inter-relacionar instituições existentes. Depois, essa experiência foi muito rica, na medida em que deu para começar a recuperação da Pinacoteca, a instalação da Três Rios e mais...” (entrevista com Jorge da Cunha Lima, cit.).

Como consultor, Cunha Lima passou a coordenar o grupo técnico, dada a constatação, pelos associados, da natureza complexa dos problemas de uma área como o centro metropolitano, o que exigia diagnósticos eminentemente técnicos. Foi nessa linha que se criou uma outra consultoria de grande importância para a Viva o

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

Centro, na área do urbanismo, coordenada pela arquiteta Regina M. Prosperi Meyer, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que já trabalhara como assessora de Jorge da Cunha Lima, quando secretário da Cultura:

“Eles [os associados da Viva o Centro] estavam achando que a revalorização devia ser algo bem restrito ao ‘pedaço da nossa casa’, para diferenciar do resto, e eu mostrava para eles que isso não faz sentido, que na cidade essas fronteiras físicas não existem, a não ser que você as construa, fazendo bairros como um ‘condomínio dos banqueiros’ na área central. A área central tinha uma diversidade e enquanto as melhorias não sustentassem a diversidade, você não teria melhora naquela área” (entrevista com Regina Meyer, cit.).

Sua atuação iniciou-se na coordenação de diagnósticos técnicos e na produção de pesquisas sobre a área central, ampliando-se posteriormente na linha de uma contribuição mais efetiva para uma reflexão sobre o Centro, como a coordenação do Seminário Internacional Centro XXI⁴, incluindo seu encontro preparatório⁵, além da publicações de textos, e como a discussão sobre a renovação urbana em Barcelona, que constitui uma importante referência em seu trabalho (MEYER, 1993: 5-8), entre outros.

Um dado central que não estava expresso no início do processo, e que posteriormente se articulou com grande significado no resgate do centro tradicional como espaço estratégico da vida metropolitana, é o argumento de que, num momento em que é decisiva a transformação de São Paulo numa “cidade mundial”, um dos imperativos seria a existência de um centro decisório forte e articulado, capaz de agilizar o processo de tomada de decisões, além de criar uma imagem positiva da metrópole, sobretudo ao empresariado estrangeiro, que se dirige à cidade para a realização de negócios, sem falar na presença crescente de turistas etc. Um forte sinal da incorporação dessa temática deu-se a partir de contatos com Jordi Borja, sociólogo, urbanista e um dos responsáveis pela grande re-

⁴ Ocorrido em 30 e 31/10/1995 em São Paulo, com a participação, em sua abertura, do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e de grande repercussão na mídia.

⁵ Em 12 e 13/12/1994 (Meyer & Grostein, 1995), num momento em que se multiplicaram debates e seminários sobre a cidade, frente à Conferência Habitat II, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Istambul, em junho de 1996.

forma urbana de Barcelona, que proferiu duas palestras sobre “A cidade mundial”, em dezembro de 1994, para a Viva o Centro (BORJA, 1995: 11-18; CASTELLS & BORJA, 1996: 152-166 e ARANTES, VAINER & MARICATO, 2000).

Outro argumento central é que a prioridade à requalificação do Centro — que, apesar da deterioração, ainda dispõe da melhor infra-estrutura existente — representaria uma luta que interessaria à metrópole como um todo, dado o desperdício de recursos públicos para fornecer equipamentos urbanos aos novos subcentros, abertos continuamente sob a lógica da especulação imobiliária. Ao contrário de tentativas esparsas anteriores para a reabilitação do Centro, pretende-se recuperá-lo de forma articulada, propondo-se um modelo de ação baseado em grande parte na dianteira da iniciativa privada, mantendo-se entretanto o Estado como principal interlocutor e realizador (MEYER & GROSTEIN, 1995).

Além dos aspectos centrais aqui levantados, cabe ainda mencionar que, próximo à última eleição municipal na Capital, em 1996, a Associação lançou em documento suas propostas, compromissos e atuações relativas ao Centro de São Paulo, para mostrar aos candidatos. Posteriormente, apresentou-as ao público, em novembro de 1996, por ocasião da comemoração dos seus cinco anos de existência (MEYER *et alii.*, 1996). Uma nova publicação, quase um ano depois (MEYER, 1997), chama a atenção para alguns dados novos, cabendo destacar:

a) a reformulação da noção de área central — incorporando os bairros contíguos — e de integração com áreas ao norte do núcleo central — consideradas reservas estratégicas do centro metropolitano;

b) a passagem da visão do centro como “território insolvente” para o de “território fecundo” dentro da metrópole;

c) a combinação de um plano integrado de atuação ampla — o Centro como espaço de propostas mais estruturais — com a atuação em setores específicos que estimulem e sustentem as mudanças — os chamados “pólos indutores” (unidades mínimas do projeto);

d) A idéia de um “urbanismo reparador” que, em vez de

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

propor um padrão urbano totalmente novo, faz um diálogo crítico com a cidade existente.

Portanto, o papel ativo da consultoria urbanística — com a produção de pesquisas (divulgadas sob a forma de projetos e documentos técnicos) e a realização de *workshops* e seminários —, aliado às publicações periódicas e aos constantes pronunciamentos na grande imprensa, conferem à Associação a qualidade de um certo espaço de debate intelectual e de formação de opinião sobre o Centro e sua requalificação.

Entretanto, apesar desse conjunto de reflexões, é necessário compreender o tipo de conhecimento produzido ou acumulado sobre o tema e, principalmente, quais as reais conexões entre esse saber gerado e sua prática concreta, já que tal conhecimento culmina na formação de certos consensos que podem tanto vir a fornecer bases para uma prática que realmente promova um conjunto de requalificações que interessem ao Centro, quanto serem incorporados apenas como um discurso ideológico, que dê substrato a intervenções cujos resultados neguem seus pressupostos, atingindo sobretudo as camadas populares. A lógica democrática da Associação quando coordena os debates e consultas a vários segmentos envolvidos quanto a certos problemas, a fim de defender uma posição que procure abarcar um arco considerável de posições, não se traduz necessariamente em práticas do mesmo padrão, principalmente quando assumidas pelo poder público, com suas dinâmicas e prioridades próprias.

Os pontos até aqui apresentados sobre a Viva o Centro — em termos dos principais interesses, participantes, etapas e aspectos organizativos — dizem respeito basicamente aos fatores presentes na base de sua criação, além de certos desdobramentos, como nas menções à consultoria urbanística. Ou seja, traduzem alguns componentes estruturais fundamentais dessa Associação, cuja dinâmica posterior não se alterou substancialmente. Entretanto, não esgotam todas as suas atividades desenvolvidas, principalmente aquelas que fazem parte de sua atuação mais recente, ampliando o leque de sua atuação e de sua complexidade.

De toda forma, o intuito não é cobrir todos os campos de atuação, mas apontar alguns componentes sociologicamente rele-

vantes. Assim, tendo em vista que a Associação configura um campo privilegiado de negociações e conflitos sobre o Centro, pretendo discutir como a mesma se posiciona — seja quanto à defesa de certos pontos de vista, seja quanto a determinadas práticas que articula —, com relação a aspectos da ocupação popular do Centro. A finalidade é compreender como isso pode vir a resultar em intervenções com impactos de maior ou menor grau sobre segmentos das classes populares, dadas tanto a característica da estruturação interna da Viva o Centro, quanto a complexidade da natureza de mediação ou *interface* entre sociedade civil e o poder público, da qual alguns elos precisam aqui ser melhor compreendidos.

3. A Viva o Centro e as relações com o ProCentro.

Da época de sua criação (1991) até o presente⁶, a Viva o Centro relacionou-se com três gestões municipais, desenvolvendo duas políticas públicas distintas com relação à área central.

Tivemos na gestão Luiza Erundina (1989-1992), do PT, — em cujo período final surgiu a Viva o Centro — um conjunto de propostas para a área central, realizadas em maior ou menor grau, e legitimadas porque essa área representa importante espaço de trabalhadores durante o dia, ainda que o Centro não tenha constituído uma área propriamente prioritária naquela gestão⁷.

Já na gestão seguinte, de Paulo Maluf (1993-1996), do PPB, o Centro não foi de forma alguma priorizado, já que a mesma se dedicou sobretudo ao “vetor sudoeste”, o qual constitui uma área historicamente valorizada na cidade em termos de investimentos públicos e privados, incentivando com isso o fortalecimento de subcentralidades, com investimentos da ordem de 85% do orçamento municipal entre 1993 e 1994 (ROLNIK, 1997: 187)⁸.

Portanto, numa gestão cuja expressão máxima de intervenção urbana foi a construção da Nova Faria Lima, só mais tarde foi acenada uma política mais específica para o Centro. Isso somente se concretizou a partir da criação do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (ProCentro), em julho

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

⁶ Refiro-me a dez./2000, sem abranger a futura gestão de Marta Suplicy, do PT.

⁷ A declaração de Roberto MacFadden, nessa época vice-presidente da Emurb, é esclarecedora: “É que o habitante da periferia trabalha no centro da cidade. E a análise desse fato proporcionou a necessária clareza ideológica que dava suporte à justificativa para se investir na área central. Nesse quadro, constatamos que houve equívoco na gestão Mário Covas, que abandonou o centro da cidade, sob o entendimento, errôneo, de que aqui estava tudo pronto e seria melhor, portanto, investir na periferia” (Município de São Paulo, 1991).

⁸ Para uma análise das subcentralidades formadas pela Av. Paulista e pela confluência da Av. Luiz Carlos Berrini com a Marginal Pinheiros, e também do tipo de associativismo empresarial que vem se formando nessas regiões (FRÚGOLI JR., 2000, caps. III, IV e V).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

⁹ Cf. detalhes sobre criação em Diário Oficial do Município de São Paulo (15/7/93, p. 1-12).

¹⁰ Os depoimentos de Jule Barreto e Regina Meyer também apontam nesse sentido.

¹¹ Esse também é o ponto de vista de José Geraldo Simões Jr., para quem “o ProCentro foi concebido tendo como marco inicial de estudo as propostas que já vinham sendo elaboradas pela Associação Viva o Centro” (SIMÕES JR., 1995: 59).

de 1993, coordenado pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, visando ações a serem realizadas em conjunto com as empresas privadas, apoiadas pelos órgãos da Prefeitura, iniciando-se um encaminhamento, dentro daquela gestão, de várias das demandas elaboradas pela Viva o Centro⁹.

A formação do ProCentro tinha, na perspectiva da Viva o Centro, a função de realizar determinados objetivos só possíveis por meio do poder público. Após o diagnóstico dos principais problemas existentes, especialmente ligados à acessibilidade de veículos ao Centro, obsolescência e insuficiência de seu estoque imobiliário, deficiência de segurança e deterioração ambiental e paisagística, já contando com uma comissão constituída por representantes de várias secretarias e da iniciativa privada (uma das quais a Viva o Centro), o ProCentro passou por ações pontuais ligadas ao enfrentamento daqueles problemas, com um desenvolvimento marcado por certa lentidão (SIMÕES JR., 1994: 59-60)¹⁰.

Na visão de Sanderley Fiusa, presidente do ProCentro, o Centro realmente não era prioritário na gestão Maluf:

“A política da prefeitura com relação ao Centro começou em 1993, quando foi criado o ProCentro. Até lá, não tinha uma política, era tudo igual. O prefeito assumiu em 1992, o ProCentro foi criado em 1993; então, obviamente, não era prioridade de governo do Maluf, porque foi criado um ano depois” (entrevista concedida ao autor por Sanderley Fiusa, em 11/7/97).

Tal como outros tópicos já discutidos, é impossível abranger toda a complexidade das propostas contidas no ProCentro e detalhar suas relações, de maior ou menor grau, com as proposições da Viva o Centro. Não há como negar, entretanto, que o pano de fundo da origem do ProCentro está na pressão exercida e no conjunto de reflexões da Viva o Centro¹¹, ainda que com um andamento posterior marcado por uma série de conflitos quanto a prioridades, encaminhamentos, concepção estratégica mais ampla, etc. Segundo o depoimento de Fiusa, os principais interlocutores do

Procentro são, além da Viva o Centro, as Bolsas (de Valores e de Mercadorias & Futuros), o Secovi (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais), o setor hoteleiro, os empresários da zona cerealista, a Febraban e a Associação Comercial.

De toda forma, pode-se dizer que uma nova etapa de relações com o poder público se estabeleceu sobretudo quando foi lançado o Concurso Nacional de Idéias para o Centro de São Paulo, em meados do segundo semestre de 1996, que será abordado adiante.

Por outro lado, revelam-se também fortes vínculos da Viva o Centro, que não serão abordados neste artigo, com o governo estadual — e, em alguns casos, também com o federal —, dado o engajamento político comum de parte da cúpula da Associação e de ocupantes hoje dos cargos executivos de governo no PSDB. Isto é visível, como vimos, na continuidade de um projeto que se originara na gestão estadual de Franco Montoro — o Luz Cultural —, que agora encontra novo terreno para sua concretização, dado o papel da Associação na articulação com a iniciativa privada, no envolvimento dos três níveis de governo e na pressão exercida por uma atuação integrada na região, envolvendo um conjunto de instituições, e também em função do poder acumulado pelo PSDB nos níveis federal e estadual¹².

4. Posições e práticas da Viva o Centro quanto às classes populares.

Pretendo desenvolver o argumento que, embora a Associação frise que a defesa do interesse de seus associados representa interesses mais gerais de outros grupos da região central da cidade e mesmo da metrópole, é necessário analisar como, ao assumir certos discursos e práticas com relação às classes populares — como um todo, ou quanto a grupos sociais integrantes das mesmas —, tais procedimentos, por conta de certa diversidade interna da Associação e dos elos estabelecidos com o poder público, podem resul-

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

¹² Além disso, a hipótese, ainda em aberto, da mudança da sede do governo estadual para a área central (FRUGOLI JR., 2000: 106-108), se concretizada, pode significar não apenas outra forma de intervenção, na qual, mais uma vez, as articulações políticas nesse âmbito seriam decisivas, como a realização de um plano em que o Executivo estadual teria forte papel indutor na requalificação.

tar em práticas que atendem a interesses mais restritos ou acabam por atingir determinados grupos sociais.

Cabe recuperar esse tema, privilegiando as seguintes dimensões: a) os posicionamentos presentes nas propostas de intervenção urbanística; b) a dinâmica interna de organização que vai, dada sua pluralidade, ressaltando determinadas posições, incluindo aqui seu papel realizador em certas áreas sociais; e c) a prática concreta assumida sobretudo pelo poder público, que, em última instância, é aquele que executa, dentro de sua própria lógica, certas demandas da sociedade.

4.1. As classes populares na proposta urbanística da Viva o Centro.

A proposta de intervenção urbanística mais estruturada da Viva o Centro, já introduzida anteriormente, apresenta, por exemplo, uma perspectiva de incorporação das classes populares quando aponta a necessidade de se reforçar as habitações populares no Centro, em especial quanto à proposta de um “programa de melhoria de cortiços, com atuação direta do poder público e co-gestão poder público/associações de moradores” (MEYER *et alii.*, 1996: 4):

“O que acontece na área central, na minha visão, é que o Centro poderá ser um bairro popular, não de pobre, mas popular, extremamente interessante dentro da cidade. Eu acho que seria uma conquista você trazer para essas áreas, onde você tem a vantagem locacional dada pelo transporte, pessoas que dependem do transporte público para viver seu cotidiano e para trabalhar” (entrevista com Regina Meyer, cit.).

A própria noção de revitalização urbana, presente no início da Associação (Meyer *et al.*, 1993), foi substituída, nos debates, pela de requalificação, o que, segundo Regina Meyer, procura evitar uma visão preconceituosa sobre o dinamismo da área central.

“Eu acho que revitalização é uma palavra que denota até um tremendo preconceito, porque hoje o Centro é tão ou mais vital do que em outros momentos. Acontece que ele está apropriado por uma classe social diferente, e essa nova classe social que está aí não se apropriou por escolha, ela se apropriou porque aquele espaço se tornou um espaço residual dentro da cidade, e, como diz o Raymond Williams, os pobres ocupam as brechas deixadas, e aquilo foi uma brecha [...] Essa vinda para o Centro da população de rua e do camelô, e da criança delinqüente e tudo mais, veio com a saída brutal [das empresas] da área central” (entrevista com Regina Meyer, cit.).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

Já com relação à ocupação do espaço público, uma racionalização dos transportes — com a reorganização dos fluxos e circulação de tráfego na área central, diagnosticados como problemáticos — tenderia a diminuir a presença maciça de pessoas em trânsito no Centro, o que obviamente traria impactos sobre sua ocupação popular, tendo como conseqüências indiretas a diminuição da atividade informal, da mendicância e outros aspectos correlatos à mesma. Um dos fundamentos dessa posição, como se viu acima, é o argumento discutível de que os pobres tendem a fazer uma ocupação apenas dos espaços urbanos residuais. O planejamento poderia, desse ponto de vista, designar os lugares mais apropriados para o uso e permanência desses grupos sociais, dado que não teriam, de acordo com essa concepção, possibilidades de escolha em suas formas de ocupação da cidade (Meyer *et al.*, 1996: 4 e dados de sua entrevista).

Uma vez espacialmente “redistribuída” parte da massa popular que se dirigiria ao Centro, seria possível atender, na visão de Jorge da Cunha Lima, o interesse popular, entendido basicamente como o interesse dos bancários, comerciários, funcionários públicos, etc., em geral empregados das empresas, também alvo da atuação da Associação:

“O Centro não tem a população que se imagina. O Centro é uma servidão de passagem para sistemas de transporte

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

idiotas, no qual virou ponto final de todos os sistemas de ônibus. Então, aquela gente que passa no Centro, para ir de um lado para o outro pegar condução, aquela massa popular que até é geradora de camelôs e de interesses, não tem nada a ver com o Centro. O popular do Centro é o que está prejudicado por isso aí, que é o bancário, o comerciário, que é o funcionário público. Esses sim, nós temos que respeitar... (entrevista com Jorge da Cunha Lima, cit.).

Essa perspectiva tem respaldo na fala de Regina Meyer:

“Eu acho que a racionalização do transporte vai tirar grande parte dessa população que transita pelo Centro, e quando isso acontecer, na minha opinião, vai ser provavelmente o primeiro momento de efetiva reorganização dessa coisa do informal no Centro. Por quê? Porque essa população que estará circulando menos no Centro vai estar fazendo suas compras em outro lugar, e assim como o mercado procura as suas melhores situações, os camelôs também, eles não vão ficar lá sozinhos nas ruas esperando a população, eles vão para onde essa população estiver” (entrevista com Regina Meyer, cit.).

Como se vê, são posições que amparam intervenções urbanas onde o Centro permaneceria utilizado por classes populares hipotéticas, já que são caracterizadas por representações particulares onde não cabem a pobreza, o desemprego e a inserção no mercado informal, além de sua presença social em massa nos espaços públicos, destituindo-lhes ainda qualquer projeto ou possibilidade de escolha e, por conseguinte, sua própria concretude.

4.2. Projeto Travessia e Ação Local: sentidos opostos na questão social.

Já o posicionamento da Associação sobre dois segmentos populares com significativa presença no espaço público do Centro

— a população de rua, sem trabalho e moradia, e os camelôs, inseridos num contraditório mercado informal —, possibilita que entremos no segundo tópico proposto, ligado tanto à análise da dinâmica interna de organização da Associação, quanto do seu papel realizador em certas áreas.

Começemos com a questão da população de rua, mediante uma rápida análise de aspectos do Projeto Fundação Travessia, instituição parceira da Viva o Centro, que representa, de certa forma, sua principal referência numa ação de cunho social, com relação a uma parcela dessa população: os meninos e meninas de rua, cuja ocupação de espaços públicos do Centro já é bastante conhecida (Bezerra *et al.*, 1992).

Segundo Mara Sabino, gerente de Projetos Comunitários do Banco de Boston e membro da Diretoria Executiva do Projeto Travessia, houve uma confluência de interesses entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo e a Viva o Centro. O primeiro criara, durante 1995, ações para além de sua esfera clássica de atuação — a assim chamada “Cidadania Sindical” —, no sentido de contribuir na consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, novo marco na história da defesa desses atores sociais. Já a Associação percebia que as questões sociais presentes no Centro eram da maior importância, promovendo um *workshop* sobre populações de rua. Formalizada, a idéia da criação do Projeto Fundação Travessia no Sindicato — inspirado na realização do Projeto Axé, que há dez anos atua em Salvador, abrangendo por volta de sete mil menores — teria sido levada a Henrique Meirelles, que a encampou¹³.

O Projeto Fundação Travessia procura desempenhar, com determinadas particularidades, o papel de *interface* com o poder público, numa espécie de “ONG dos menores do Centro”:

“Projeto que não pretende substituir o papel do Estado, nem competir com as instituições que já atuam em São Paulo. A Fundação acredita que pode contribuir para que todos os setores da área de crianças e adolescentes possam complementar-se para maximizar o aproveitamento das crianças” (Fundação Projeto Travessia, 1996: 14).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

¹³ Com base em dados da entrevista com Mara Sabino, concedida ao autor em 17/6/97.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

O Projeto Travessia tem a coordenação de Gilmar Carneiro dos Santos, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, principal organização trabalhista até o momento na Viva o Centro:

“Quando a gente vai para a Viva o Centro enquanto sindicato, primeiro, está cumprindo o nosso papel, o nosso compromisso social de cidadania, e segundo, está olhando para nossa base, que tem de 30 a 40 mil bancários aqui no Centro de São Paulo (agora pode ter um pouco menos, depois dessas demissões todas aí, mas de uns 25 a 30 mil tem)” (entrevista concedida ao autor por Gilmar Carneiro dos Santos, em 18/7/97).

Segundo Gilmar Carneiro dos Santos, a entrada do Sindicato dos Bancários na Viva o Centro e, sobretudo, a participação por meio do projeto Travessia, justifica-se pela aposta na união com uma prática empresarial progressista, operando no sentido da construção de parcerias em igualdade, e não na lógica da tutela. Verifica-se para o mesmo uma aposta num novo papel a ser desempenhado pela sociedade civil, entendida como aliança estratégica entre setores do capital e do trabalho em torno de um problema concreto — os menores de rua — e pela atuação junto às entidades civis e estatais que trabalham com o menor. Não se pode ainda avaliar resultados concretos de tal ação, ainda mais por que se trata de algo em gestação, no campo relativamente novo das ações do “terceiro setor” (Gohn, 1995: 33-44; Gregori & Silva, 2000).

Pode-se falar na existência, por outro lado, de um posicionamento de certa forma mais conservador quanto aos seus encaminhamentos, que dizem respeito à visão da Viva o Centro sobre os camelôs. Isso se torna mais visível quando se analisa como certas propostas se traduzem em práticas concretas, como no caso

do programa de organização da comunidade do Centro — as Ações Locais — criado pela Associação.

Um informe produzido pela Viva o Centro sintetiza sua posição a respeito dos camelôs, reiterada pela mesma em vários momentos: trata-se de uma atividade que se situaria numa zona intermediária entre as atividades delituosas e as não delituosas. Os camelôs seriam apontados por inviabilizar a vida econômica da região — sobretudo de comerciantes e hoteleiros —; movimentar uma formidável quantia de dinheiro sem obrigações fiscais e trabalhistas; articular uma crescente cartelização associada ao contrabando, à sonegação fiscal e à corrupção sistemática dos agentes públicos; acumular lixo nas ruas, entupindo os bueiros; facilitar a ação de marginais, que atuam na confusão de tendas e barracas; enfim, uma “pedagogia negativa” de anticidadania, um espetáculo de desorganização social, truculência e desrespeito (BARRETO, março, 1996: 1 e janeiro, 1996: 1).

É impossível aqui abordar toda a amplitude dessas posições. Para além da desmontagem em curso do esquema de corrupção enraizado na fiscalização das administrações regionais, é necessário um cadastramento do maior número possível de camelôs da cidade, o que propiciaria maior disciplina na destinação, fiscalização e controle dos espaços públicos possíveis para o comércio informal¹⁴. De toda forma, esse conflito traduz impasses de difícil solução, dentro da tensão permanente e constitutiva da dinâmica da metrópole entre o legal e o ilegal, o formal e o informal (ROLNIK *et alii.*, 1990).

Essa posição totalmente contrária aos camelôs tem adquirido força principalmente dentro do Programa Ações Locais, desenvolvido pela Associação a partir de meados de 1995, que criou condições — por meio de uma atuação inspirada no modelo do *franchising* — para a formação de grupos — comunidades que aglutinam moradores, proprietários, dirigentes de empresas e usuários — em microrregiões do Centro. Incentiva-se entre eles uma fiscalização da atuação do poder público e o encaminhamento de sugestões e propostas para implementação e montagem de parcerias visando implementar a qualidade de vida, o

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

¹⁴ Para mais aspectos sobre os camelôs do Centro — incluindo sua fragmentação organizativa e clientelismo, aspectos decisivos que impedem que encaminhem politicamente seus problemas —, cf. FRÚGOLI JR. (1999).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

bem-estar e a segurança dos que moram, circulam ou trabalham em cada área específica do Centro. Hoje, constituem um grupo cada vez mais importante de pressão e de reivindicações junto ao poder local:

“As Ações Locais são, vamos dizer assim, um sistema de zeladoria urbana. Também são uma parceria da prefeitura e os órgãos do governo do estado, no setor de segurança etc., com a comunidade. Um estímulo à formação da comunidade, da cidadania e de uma interação entre essas duas entidades [...] O que a Viva o Centro faz pela Ação Local? Estimula a formação, dá seu estatuto padrão, e uma vez formada, vamos dizer, há um contrato entre a Viva o Centro e a Ação Local, é quase um contrato de franchising, vamos falar assim, onde nós licenciamos o uso da marca Ação Local [...] E também faz um outro trabalho muito importante, que é a integração entre as diversas Ações Locais” (entrevista concedida ao autor por Marco Antônio Ramos de Almeida, cit.).

Ao menos até o estágio em que hoje se encontra, a organização desses grupos comunitários — na maioria dos casos, com predomínio de comerciantes — é marcada pelo conservadorismo, ao se pautar por interesses diretamente ligados às suas condições de proprietários, enfatizando soluções de expulsão dos camelôs e da população de rua, além de maior policiamento, com base em razões que vão da concorrência desleal do comércio informal a interesses diretamente ligados à valorização de seu patrimônio imobiliário.

“A maior parte, que são interessados, são os que têm imóveis aqui, têm interesses no Centro [...] Há construtores que têm escritórios aqui no Centro, mas constróem em outros locais da cidade. Na verdade, o interesse deles seria no Centro, mas não estão fazendo aqui porque não há retorno. Então, qual a função deles? É tentar melhorar isso, para reverter essa situação. O Centro é um excelente local para se investir. Então, temos construtores, advogados que têm escritórios aqui, co-

merciantes. Basicamente, são essas três categorias que estão participando, que começaram a participar” (entrevista concedida ao autor por Luiz Caruso Jr., comerciante e presidente do grupo de Ação Local João Mendes, em 13/8/97).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

O depoimento abaixo complementa o quadro já descrito:

“O que tem que acontecer no nosso Centro aqui em São Paulo, na minha opinião, é faxina, é limpeza, depois sim, para vir algum construtor, que tenha o maior interesse em construir aqui uma grande torre, um grande prédio, um grande shopping no Centro, mas como é que a gente vai trazer o nosso convidado para cá, se a gente tem vergonha de trazer um convidado dentro do nosso escritório? Eu tenho vergonha! (palmas) É prostituição, senhor secretário! Acho que a gente não precisa ficar fazendo cartinha ou listinha para tomar atitude, tem que limpar a praça. O administrador regional da Sé hoje tem 150 fiscais na folha de pagamento da prefeitura. Se cada um deles fizer uma luta por dia naquela região, eu tenho certeza que nós vamos resolver 50% do problema...” (fala de representante da Ação Local João Mendes, em reunião de 16/6/97, no auditório da Acrefi, com representantes da Prefeitura).

Há obviamente algumas exceções, entre as quais o papel desempenhado pelas Ações Locais Boa Vista e São Luís, que vêm desenvolvendo, respectivamente, projetos de reinserção da população de rua local e organização cooperativa dos catadores de papel. Outro desdobramento da ação local Boa Vista foi a recente criação do Fórum dos Profissionais do Direito pelo Centro de São Paulo, coordenado por Caio Leonardo Rodrigues, congregando a Associação Paulista de Magistrados, a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, o Ministério Público Estadual, a Faculdade de Direito da USP (no Centro desde o século XIX) e vários escritórios de advocacia do Centro, a fim de procurar manter esses profissionais na área central e apoiar os projetos de recuperação em curso, a partir da constatação

que muitos desses profissionais estavam migrando para outras regiões, como a Paulista e a Barra Funda (LOPES, 26/12/97: Z12).

Dessa forma, ainda que possa influir por melhorias nos equipamentos e serviços públicos do Centro, do modo até agora estruturada, a “organicidade de baixo”, representada pelas ações locais, tem acarretado uma atuação conservadora e policialesca, ao demandar principalmente a expulsão de uma população “indesejável” que sobrevive nas ruas, sendo esta tendência, ao menos até aqui, a predominante.

4.3. A prática concreta: a atuação do poder público municipal.

Pode-se dizer que uma nova etapa de relações entre a Associação e o poder público se estabeleceu quando foi lançada pela prefeitura, em setembro de 1996, a definição de critérios, área de abrangência e prazos para o Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo. O então secretário da Habitação, Lair Krahenbuhl, afirmou que os arquitetos poderiam até sugerir mudanças na legislação ou propor reorganização do sistema de transporte na área, desde que sem restringir a circulação de automóveis. Na ocasião, a grande imprensa também divulgara que Henrique Meirelles, presidente da Viva o Centro, apoiava o concurso e o Banco de Boston comprometia-se a contribuir com R\$ 250 mil para a premiação, sendo que posteriormente a Viva o Centro também colaborou na organização do concurso (MUARREK, 19/2/97: 24A). Dias depois, Nelson Yamaga, diretor técnico do ProCentro, forneceu mais detalhes sobre o concurso, afirmando também que uma cidade como São Paulo tem espaço para vários Centros, não se devendo competir com a Paulista ou a Faria Lima (AUGUSTO, 12/9/96: C6; AUGUSTO, 27/9/96: Z12 e MUARREK, 19/2/97: 24A).

Nove dias antes do término da gestão Maluf, em dezembro de 1996, foi anunciado o projeto vencedor, da empresa Promon Engenharia, coordenado pelos arquitetos João Batista Martinez Correa e José Paulo de Bem, e pelo engenheiro Ronan Ayer. A proposta era um conjunto de obras pelo período de 10 anos, com

destaque para a eliminação do trânsito de passagem pela região e estímulos à ocupação residencial e comercial da área central, com o custo aproximado de R\$ 1,9 bilhão. Lair Krahenbuhl prontificou-se, então, a analisar as melhores idéias das propostas finalistas para a definição de um plano definitivo (NUNOMURA, 24/12/96: C6; O Estado de S. Paulo, 5/1/97: I2; SCARANCE, 3/2/97: Z12; Folha de S. Paulo, 19/2/97: 3-11; Folha de S. Paulo, 20/02/97: 3-8; e MUARREK, 20/2/97: 19A).

A forma como o concurso ocorreu revelou claros conflitos no interior da Viva o Centro, entre a equipe de consultoria urbanística e a cúpula da Associação, no caso seu presidente e principal patrocinador, já que, na mesma época, a equipe coordenada por Regina Meyer formulava um grande projeto para a área central:

“Começou a se fazer esse trabalho que nós chamamos de ‘Projeto Centro’ [...] Então eu acho que esse final, durante a campanha [...] nós ficamos fazendo esse trabalho, que deveria conduzir a pelo menos cinco concursos para a área central, nós estávamos tentando estabelecer parâmetros que iriam definir cinco áreas. Aí teve um momento em que a minha relação com a Viva o Centro foi bastante tensa, vamos dizer assim, quando o IAB e o Júlio Neves conseguem obter o apoio para o concurso da área central. Eu fui totalmente contra, achei que aquele concurso foi uma farsa total, eu me recusei a participar do grupo do júri. Depois aceitei, porque achei que era uma forma de eu ter alguma presença ainda, entendeu?” (entrevista com Regina Meyer, cit.).

O apoio de Henrique Meirelles ao concurso surpreendeu a vários membros da equipe de urbanismo:

“Esse trabalho nosso era suprapartidário, o que eu também achei interessante, tinha um caráter suprapartidário, você apresentar para todos os candidatos, quando o Banco de Boston estava patrocinando, no governo Maluf, um concurso para a

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

área central, que a gente não sabia [...] É complicado, a própria formulação do concurso da área de intervenção, a gente tinha críticas em relação ao que se estava propondo, fazer um concurso enquanto aquele projeto nem tinha sido apresentado, já era um absurdo. Depois, a Regina foi para o júri, que também não fazia muito sentido, na medida em que ela é quem tinha bancado esse trabalho. No júri, ela defendeu o projeto que acabou ganhando o primeiro lugar, da Promon, que é totalmente contra tudo que a gente propõe...

— *Por que vai totalmente contra?*

— *É totalmente contra porque é um projeto que privilegia uma obra viária, que é para o tráfego de passagem pelo Centro, um túnel embaixo do Anhangabaú para o tráfego de passagem, e mais uma vez não está tratando da questão do Centro em si. É esse mar de contradições, realmente” (entrevista concedida ao autor por Sarah Feldman, arquiteta, que trabalhou na SEMPLA junto à AR-Sé, gestão Luiza Erundina, e participou da equipe do Projeto “São Paulo Centro – Uma Nova Abordagem”, em 11/7/1997).*

Dessa forma, se por um lado a Associação Viva o Centro vem estimulando o desenvolvimento de pesquisas e de um corpo de projetos que amplia o horizonte inicial de sua atuação — o que poderia marcar, a princípio, uma nova forma de aliança entre setores de um empresariado interessado na revalorização do Centro e uma consultoria de urbanismo, norteadas pela noção de um “urbanismo reparador” —, por outro lado, por conta da complexidade do jogo político, terminou por apoiar uma proposta de concurso por parte do poder público que, a princípio, não traduzia seus pressupostos mais sistematicamente defendidos. Em outras palavras, deve-se procurar entender melhor as conexões entre essa consultoria urbanística e os interesses de seus associados, já que tal aliança, ora fortalecida, ora enfraquecida, aponta para desdo-

bramentos incertos quanto à possibilidade de incorporação concreta de suas propostas básicas.

Pode-se mencionar como esse fenômeno se reproduziu, guardadas certas diferenças, a partir do anúncio em maio de 1999 do plano de construção, na área central de São Paulo, do “maior prédio do mundo” — o São Paulo Tower, de 103 andares, idéia do empresário Mário Garnero, do grupo Brasilinvest, em parceria com o Maharishi Global Development Fund, com uma área de construção calculada em 700 mil m² (quase 70 quarteirões). Apesar das inúmeras polêmicas quanto ao impacto e destruição que seriam acarretados à estrutura urbana por essa obra gigantesca, sem qualquer diálogo com o entorno, semanas depois a Prefeitura — numa gestão marcada pela ilegitimidade devido à corrupção generalizada e à inoperância — assinou um protocolo de intenções para sua construção, prontificando-se a definir uma área precisa para desapropriação — entre o Parque D. Pedro II e a zona cerealista do Pari. Ainda que seja bastante incerta sua concreta realização, cabe registrar como a Viva o Centro mais uma vez apresentou-se de forma ambivalente pois, ainda que sua consultora Regina Meyer esteja entre os urbanistas contrários à sua construção, desde o início o projeto foi defendido em várias matérias da grande imprensa por Marco Antonio Ramos de Almeida em nome da Viva o Centro, pelos benefícios que traria quanto aos novos empregos, pela tecnologia sofisticada e pela prova de confiança de investidores numa cidade como São Paulo, relacionando tal empreendimento com o plano de recuperação mais amplo da sua área central. Meses depois, a Viva o Centro promoveu *a posteriori* uma mesa-redonda sobre o assunto, na qual se chamou a atenção para a degradação da área e, dado o impacto do empreendimento, a associação posicionou-se pela realização de projeto de lei que definisse parâmetros mais claros para qualquer intervenção na mesma. Reaparecem aqui claramente distintos posicionamentos, embora o mais visível seja o apoio irrestrito manifestado por Ramos de Almeida¹⁵.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

¹⁵ HANASHIRO, 15/5/99: 12A; FERREIRA, 18/5/99: 2; HANASHIRO, 30/5/99: 13A; LOPES, 8/6/99: 10A; e Urbs, dez.1999-jan.2000: 12-28).

4.4. A “nova higienização”: expulsão dos camelôs.

Já abordei em trabalhos anteriores a dinâmica da ocupação dos espaços públicos de Centro pelos camelôs e os conflitos decorrentes (FRUGOLI JR., 1995 e 1999), cabendo aqui apenas resgatar alguns tópicos, ligados a processos mais recentes que caminham para a tentativa de expulsão total desse grupo dessa área da metrópole.

Em documento já mencionado, publicado pela Viva o Centro em 1996, ao completar cinco anos de existência, surgia a proposta de que: “[...] tal comércio, embora preservando alguns elementos de informalidade, seja organizado em estruturas de comercialização tipo shopping populares, construídas em parcerias com o poder público e gerenciadas pela iniciativa privada ou pelos próprios camelôs organizados em microempresas ou cooperativas. Como exigência fundamental, essas modalidades barateadas de shopping centers seriam instaladas fora do espaço público, em terrenos ociosos ou associados a projetos de terminais de transporte e de reurbanização” (MEYER et alii., 1996: 10) grifos do próprio texto.

Enquanto isso, seria necessário fazer cumprir a legislação existente para disciplinar o uso do espaço público.

Tal proposta avançava, por um lado, ao apresentar uma solução alternativa à simples expulsão dos camelôs ilegais, embora, por outro, pudesse confinar os camelôs em espaços que, dependendo da localização, seriam pouco atrativos, pois os mesmos perderiam o fluxo dos pedestres das ruas¹⁶.

Já em sua posse, em janeiro de 1997, o prefeito Celso Pitta prometera tirar os camelôs da rua, o que se iniciaria pelo Centro, anunciando dias depois a intenção de criar zonas de livre comércio para a instalação dos ambulantes — os assim chamados “camelódromos” —, algo que já havia sido tentado na gestão anterior em Pinheiros, Largo da Concórdia e S. Amaro, tendo recebido

¹⁶ É o caso de vários “camelódromos” (cf. MATEOS, 1996: 18).

então o apoio da Viva o Centro, por se aproximar, segundo Ramos de Almeida, da idéia dos *shoppings* populares proposta pela associação (FRÚGOLI JR., 1999: 162; Folha de S. Paulo, 2/1/97: 3-1; AUGUSTO, 3/1/97: C3; e MELLO, 8/1/97: C8).

Em agosto de 1997, a Comissão ProCentro — da qual, como vimos, a Viva o Centro faz parte — apoiou por unanimidade a proibição total do comércio informal em qualquer espaço público do Centro (distritos Sé e República), tornando-o assim uma “zona de exclusão” de camelôs. Isso significa que não se tratava mais de tentar um disciplinamento de tais atividades em determinados pontos do espaço público do Centro, mas sua transferência total para outros pontos da cidade. Nessa época, a Viva o Centro propôs a criação de um “*pop shopping*” — mercado popular destinado a incorporar camelôs dentro de uma estrutura formal — no Sambódromo¹⁷, ou seja, fora da área central, numa área sem qualquer afluxo significativo da população.

Em outubro daquele ano, o prefeito anunciou uma megaoperação para limpar a Praça da Sé de camelôs, meninos de rua, mendigos e desocupados, com o apoio da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana. A intenção básica da prefeitura seria revitalizar o espaço, tendo batizado a ação de “Projeto Dignidade”. Todos os camelôs da Sé foram retirados do local e, nos dias posteriores, articularam alguns protestos, monitorados de perto pela polícia. Como no caso da Paulista, foram mantidos 180 homens permanentemente na praça, para evitar a reocupação, ao passo que a Administração Regional prometeu transferir 6,7 mil ambulantes do Centro para 15 bolsões em outras áreas da cidade¹⁸.

Enquanto uma matéria da revista *Veja*, no início de novembro de 1997, mostrava que os paulistanos redescobriam a beleza da Sé, já sem camelôs, e uma outra mostrava que a criminalidade baixara em 70% com a saída dos mesmos, nova denúncia, publicada inicialmente na *Folha da Tarde*, fazia revelações sobre o esquema de corrupção nas Administrações Regionais, com características de crime organizado, que envolvia diversos funcionários, ligados por sua vez a vereadores da base governista — principalmente do PPB —, com detalhes sobre formas regulares de cobrança da propina e os critérios utilizados para a cobrança

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

¹⁷ Cf. BARRETO, agosto, 1997: 2.

¹⁸ Garcia, 18/10/97; Oliveira & Muggiati, 18/10/97: 3-1; Krauz, 18/10/97: 3-3 e Huertas, 17/10/97: 3-4).

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

¹⁹ Apesar de gravíssima, não cabe aqui reconstituir a vasta cobertura da grande imprensa da ação da “máfia da propina” em São Paulo, que tem se arrastado por anos, e que apenas até dezembro de 1999 acarretara 88 inquéritos policiais, uma CPI (que não conseguiu minimamente seus objetivos), 100 pessoas presas, mais de 200 indiciadas, 2 vereadores e um deputado estadual cassados, além de 8 vereadores acusados e mais 6 sob suspeita (cf. CABRAL, 2/12/99: 3-8).

²⁰ Nesse sentido, é importante mencionar o recém criado “Fórum Centro Vivo”, formado a partir de movimentos populares, universidades e entidades diversas, que se opõe ao atual processo de renovação urbana em curso no Centro e procura ampliar a participação popular na busca de melhorias e democratização da região central, incluindo uma clara política habitacional. Entre os participantes mais expressivos, destacam-se a Central de Movimentos Populares, a União dos Movimentos de Moradia e professores e estudantes da USP (Ato Político-Cultural de Fundação do Fórum Centro Vivo, 2000). Um dado que tem se tornado mais visível após o fim da presente pesquisa é a invasão organizada de prédios e terrenos por grupos de sem-teto na região central, sobretudo a partir de 1997, com cálculos que apontavam, ao final de 1999, para ao menos 15 locais invadidos, com 9 mil invasores, dos quais 6 mil deles organizados (OLIVEIRA, 20/12/99: 1-4).

(dependendo do tamanho da barraca, do ponto de venda, do tipo de mercadoria etc), evidenciando mais uma vez o controle clientelista desses vereadores sobre as administrações regionais. Apesar da gravidade das denúncias, a bancada do PPB, ainda que dividida, impediu a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto. Ao final de novembro, a “Operação Dignidade” prosseguiu, desta vez na Praça da República, com a remoção de 1,6 mil artesãos, artistas plásticos, vendedores de selos, moedas e pedras preciosas e donos de barracas de alimentos para a deteriorada Praça Roosevelt, interrompendo a Feira do Artesanato, com mais de 30 anos de duração e atração turística do local¹⁹ (PASSOS, 5/11/97: 8-9; COSSO & PANDA, 5/11/97: 3-1; Folha de S. Paulo, 5/11/97: 3-5; GONÇALVES; RAMOS & COSSO, 12/11/97: 3-7; LOMBARDI, 12/11/97: C7 e NÓBREGA & TRAMONTINA, 25/11/97: 15A).

5. Breves conclusões

Em suma, é necessário frisar que há méritos na atuação da Associação Viva o Centro, ao articular entidades privadas e civis, definir propostas prioritárias para a área central — apontando aspectos racionais e funcionais dessas medidas —, constituir um campo de pesquisas e debates, procurar mobilizar determinadas parcelas da comunidade e manter o papel de pressão sobre os poderes públicos, no sentido de uma requalificação do Centro da metrópole de São Paulo. Tal papel poderá se ampliar na medida em que a Associação efetivamente incorporar — na prática, e não apenas nos debates — maior pluralidade de participantes, entidades representativas, incluindo organizações populares e sindicais²⁰.

Todavia, tendo em conta as dinâmicas aqui tratadas, deve-se também atentar para a forma como tais demandas de fato se concretizam, pois se há por um lado um conjunto heterogêneo de propostas com sentidos distintos quanto às classes populares, há além disso uma distância considerável entre essas propostas e a prática concreta, o que portanto nos leva à conclusão, tendo em vista a presença “problemática” de diversos segmentos populares, sobre a

grande probabilidade de que tais grupos sejam atingidos por impactos dos processos de revalorização urbana.

Outro aspecto significativo é que, assim como as vinculações com entidades civis são marcadas por grande complexidade, o nível de relacionamento da Viva o Centro com o poder público também é multifacetado.

Quanto ao poder local, aprofundou laços estratégicos com a gestão malufista para a realização de determinados fins, incluindo uma relação marcada por conflitos e ambigüidades com o ProCentro, sem falar no apoio ao concurso, que acabou por prejudicar sua própria consultoria urbanística, numa relação enfim dotada de vários riscos, já que baseada no estreitamento com uma gestão para a qual a recuperação da área central não era realmente prioritária. Quanto à gestão posterior, de certa forma dominada pelo malufismo, apostou inicialmente que a mesma se empenharia mais pelo Centro, mas a mesma, dispondo de poucos recursos e pouquíssima credibilidade e vontade política, apenas expulsou grupos de camelôs de certas áreas, sem alterar a rede de corrupção que se beneficia dessa ilegalidade e veio a apoiar o projeto de uma megatorre, cujos benefícios para o Centro e para a cidade como um todo são extremamente duvidosos.

Com isso, a Associação Viva o Centro revela-se um campo fértil para a visibilidade tanto da complexa negociação de determinados consensos em torno da requalificação da área central de São Paulo, quanto da trama dos conflitos decorrentes desse mesmo processo. ■

Abstract: In the present article, I shall focus on the interests and organizational aspects of Associação Viva o Centro ["Long Live the Center Association," a not-for-profit organization], founded in 1991 and maintained by businesses, proprietors and civil associations and whose purpose is to articulate a project for the requalification of downtown São Paulo, a region of high social diversity. In addition, I intend to discuss this association's attitude — both in speech and in practice — as regards certain aspects of the lower and working class occupation of the region — including the use of public space by street vendors and the homeless — as projects of this sort are generally characterized by the possibility of gentrification processes, with a greater or lesser degree of social and territorial exclusion.

Uniterms: downtown, requalification, public space.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

Bibliografia

Reportagens, matérias e artigos da imprensa

- AUGUSTO, A. "Inscrições para concurso vão até novembro". O Estado de S. Paulo, São Paulo, 27/9/96, pp. Z12.
- _____. "Prefeitura cria concurso para renovar Centro". O Estado de S. Paulo, São Paulo, 12/9/96, pp. C6.
- _____. "Remoção de camelôs começa pelo Centro". O Estado de S. Paulo, São Paulo, 03/01/97, pp. C3.
- BARRETO, J. (ed.). "Camelôs: situação no Centro é insustentável". Informe, São Paulo, Associação Viva o Centro, ano IV, (57), janeiro, 1996, pp. 1.
- _____. "Centro é 'zona de exclusão' de camelôs". Informe, São Paulo, Associação Viva o Centro, ano V, (120), agosto, 1997, pp. 2 (Publicação semanal).
- _____. "Segurança deve ser fruto de ações solidárias". Informe, São Paulo, Associação Viva o Centro, ano IV, (63), março, 1996, pp. 1.
- CABRAL, O. "Eleição deve reaquecer ação da máfia da propina em SP". Folha de São Paulo, S. Paulo, 2/12/99, pp. 3-8.
- COSSO, R. & PANDA, R. "Corrupção de fiscais passa pela Câmara". Folha de S. Paulo, S. Paulo, 05/11/97, pp. 3-1.
- Diário Oficial do Município de São Paulo. "Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (ProCentro)", São Paulo, (131), 15/7/93, pp. 1-12.
- FERREIRA, R. "São Paulo Tower causa polêmica". Gazeta Mercantil, São Paulo, 18/5/99, pp. 2 (Caderno Grande São Paulo).
- Folha de S. Paulo. "Engenheiro coordena projeto para o centro". São Paulo, 20/02/97, pp. 3-8.
- Folha de S. Paulo. "Prefeito promete tirar camelôs das ruas". São Paulo, 02/01/97, pp. 3-1.
- Folha de S. Paulo. "Concurso entrega prêmio". São Paulo, 19/02/97, pp. 3-11.
- Folha de S. Paulo. "Irmão de Izar incentiva ambulante ilegal". São Paulo, 05/11/97, pp. 3-5.
- GONÇALVES, G.; RAMOS, A. & COSSO, R. "'CPI da Propina' racha a bancada do PPB". Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/11/97, pp. 3-7.

- GARCIA, C. “‘Nova polícia’ evita confusão na Sé”. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 18/10/97.
- HANASHIRO, C. “*Megatorre pode ajudar na requalificação do centro*”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 15/5/99, pp. 12A.
- _____. “*São Paulo Tower agride paisagem, dizem arquitetos*”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 30/5/99, pp. 13A.
- HUERTAS, M. “*Pitta anuncia ‘limpeza’ na Praça da Sé*”; “*Camelôs prometem resistência*”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17/10/97, pp. 3-4.
- KRAUZ, R. “*Sé terá fiscalização anticamelô 24 horas*”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18/10/97, pp. 3-3.
- LOMBARDI, L. “*Sem camelôs, criminalidade na Praça da Sé diminui 70%*”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12/11/97, p. C7
- LOPES, M. “*Profissionais do direito lançam fórum*”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26/12/97, p. Z12.
- _____. “*São Paulo Tower: Prefeitura firma participação no empreendimento*”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 8/6/99, pp. 10A.
- MATEOS, S. B. “*Olha o rapa!*” *Atenção*, São Paulo, ano 2, (8), 1996, pp. 18.
- MELLO, F. “*S. Paulo criará zonas livres para ambulantes*”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08/01/97, pp. C8.
- MUARREK, U. “*Pitta faz ‘opção pelo Centro’*”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19/2/97, pp. 24A.
- _____. “*Pitta nomeia ‘prefeito do centro’*”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 20/02/97, pp. 19A.
- NÓBREGA, J. & TRAMONTINA, R. “*Prefeitura ‘limpa’ a República*”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 25/11/97, pp. 15A.
- NUNOMURA, E. “*Sai vencedor de concurso sobre o Centro*”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24/12/96, pp. C6.
- O Estado de S. Paulo. “*Concurso seleciona projeto para o Centro*”. São Paulo, 05/01/97, pp. 12.
- OLIVEIRA, M. & MUGGIATI, A. “*Camelôs fecham lojas do centro de SP*”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18/10/97, pp. 3-1.
- _____. “*Sem-teto expandem ações no centro*”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20/12/99, pp. 4-1.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

PASSOS, I. "A praça é nossa". *Veja SP*, São Paulo, 5/11/97, pp. 8-9.

SCARANCE, G. "Projeto quer recuperar região em 8 anos". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 03/02/97, pp. Z12.

Livros e artigos de revistas acadêmicas

ANDERSON, E. *Streetwise: Race, class, and change in an urban community*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.

ARANTES, O.; VAINER, C. & MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.

BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, F. R. (org.). *W. Benjamin*. São Paulo, Ática, 1985, pp. 30-43.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

BEZERRA, E.M.R.; Rosa, C.M.M. & Vieira, M.A.C. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CASTELLS, M. & BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos, Cebrap*, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, (45), julho, 1996, pp. 152-166.

FRÚGOLI JR., H. A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. In: SOUZA, M. A. A. *et alii*. (orgs.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo, CEDESP, 1999, pp. 151-165.

_____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Edusp/Cortez/Fapesp, 2000.

_____. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo, Marco Zero, 1995.

GIROUARD, M. *Cities and people: a social and architectural history*. New Haven & London, Yale University Press, 1985.

GOHN, M. da G. Cidade, ONGs e ações coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, 9(2), abril-junho, 1995, pp. 33-44.

GREGORI, M. F. & SILVA, C. A. *Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche*. São Paulo, Contexto, 2000.

- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HOLSTON, J. *A cidade modernista*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- _____, KOWARICK, L. & SOMEKH, N. (orgs.). *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SIMÕES JR., J. G. Revitalização de centros urbanos. In: ZANCHETTI, S.; MARINHO, G. & MILLET, V. (orgs.). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 1995, pp. 181-185.
- ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, Iphan, (24), 1996, pp. 205-219.
- _____. *The cultures of cities*. Cambridge/Oxford, Blackwell Publishers, 1995.

Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro
Heitor Frugoli Jr.

Documentos

- Ato Político-Cultural de Fundação do Fórum Centro Vivo. São Paulo, 10/12/2000, folder.
- BORJA, J. "La ciudad mundial". In: Meyer, R. M. P. & Grostein, M. D. (coord.). *Memória do encontro Centro XXI: preparatório do seminário internacional: Anais*. São Paulo, Associação Viva o Centro, 1995, pp. 11-18.
- Fundação Projeto Travessia. "Relatório anual: atividades desenvolvidas em 1996 e plano de trabalho 1997". *Travessia*, São Paulo, 1996.
- MEYER, R.M.P. *et alii*. *Documento 1*. São Paulo, Associação Viva o Centro, janeiro, 1993.
- _____. Uma perspectiva traçada pelo urbanismo. *Urbs*, São Paulo, (2), Associação Viva o Centro, outubro, 1997, pp. 32-39.
- _____. *et alii*. *Associação Viva o Centro: propostas e compromissos*. São Paulo, Associação Viva o Centro, novembro, 1996.
- _____. & GROSTEIN, M. D. (orgs.). *Memória do encontro Centro XXI: preparatório do seminário internacional: Anais*. São Paulo, Associação Viva o Centro, 1995.
- Município de São Paulo. Emurb. *O resgate da área central*. São Paulo, 1991.
- URBS. A torre. São Paulo, Associação Viva o Centro, ano III, (15), dezembro, 1999-janeiro, 2000, pp. 12-28.